

1  
2  
3

4 Aos vinte dias do mês de novembro de dois mil e oito realizou-se a Centésima Décima Terceira Reunião Ordinária do  
5 Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos Chagas, nº 55 – 11º andar – sl. 1108, Porto  
6 Alegre, com o início às quatorze horas e dezesseis minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Francisco da**  
7 **Rocha Simões Pires**, Representante do Secretário do Meio Ambiente; **Sr. Dalmir Mendes dos Santos**, Representante do  
8 Secretário da Saúde; **Sr. Luiz Antônio Petry**, Representante do Secretário da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio;  
9 **Sr. Edmundo Fernandes da Silva**, Representante do Secretário da Infra-Estrutura e Logística; **Sr. Marcelo Zaslavki**,  
10 Representante do Secretário da Cultura; **Sr. Doadi Antônio Brena**, Representante do Secretário do Desenvolvimento dos  
11 Assuntos Internacionais; **Sra. Bernadete Castro**, Representante do Secretário das Obras Públicas e Saneamento; **Sra.**  
12 **Luciana Delfini**, Representante do Secretário da Coordenação e Planejamento; **Sr. Sra. Luís Roberto Gomes Marques**,  
13 Representante do Secretário da Justiça e Segurança; **Sr. Paulo Brack**, Representante Titular do INGÁ; **Sr. Flávio Lewgoy**,  
14 Representante Titular da AGAPAN; **Sr. Leonel Freitas Menezes**, Representante Suplente do Amigos da Floresta; **Sr**  
15 **Rogério Rammé**, Representante Titular dos Amigos da Terra; **Sr. Adilson Carlos Metz**, Representante Titular da FETAG;  
16 **Sr. Tiago Pereira**, Representante da FIERGS; **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho**, Representante Titular da FARSUL; **Sr.**  
17 **Fernando Hartmann**, Representante Titular da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; **Sr. Valtemir Goldmeier**,  
18 Representante Titular da FAMURS; **Sr. Carlos Termignoni**, Representante Titular do Centro de Biotecnologia do Estado;  
19 **Sr. Maurício Colombo**, Representante Titular dos Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sr. João Paulo Steigleder**,  
20 Representante Titular do DEFAP – Corpo Técnico. Participaram também da reunião, como convidados: João Carlos Félix,  
21 SEINFRA; Antenor Pacheco Netto; Virgínia de Carvalho Fett – OAB/RS; Niro Afonso Pieper – SIGA/RS; Marta E. Valim  
22 Labres, FEPAM; Alexandre Burman; Fernanda B. Cabrini e Fernando A., COMUMA, e Almerinda G. Dutra. **Pauta: 1.**  
23 **Discussão da Ata da 112ª Reunião Ordinária do CONSEMA; 2. Comunicações; 3. Apreciação e deliberação do Plano**  
24 **de Aplicação dos recursos do FEMA para o exercício de 2009; 4. Qualificação de Municípios; 5. Apreciação e**  
25 **Deliberação do Calendário de Reuniões para o ano de 2009; 6. Estimativa de Custo Anual do DAFAP com Demandas**  
26 **do MP; 7. Apresentação da Matriz Energética do Estado; 8. Assuntos Gerais.** Os trabalhos foram abertos e presididos  
27 pelo Sr. Francisco da Rocha Simões Pires – Representante da Secretaria do Meio Ambiente, e secretariados pelo Sr. Tiago  
28 Castagnetti – Secretaria Executiva da SEMA. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Boa-tarde a todos. Sejam  
29 bem-vindo a mais uma reunião ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Segundo a Secretaria informa, nós temos  
30 *quorum*. Regimentalmente, em primeiro lugar, deve ser feita a leitura da Ordem do Dia. **Sr. Tiago Castagnetti:** Boa-tarde a  
31 todos. Esta é a 113ª Reunião Ordinária do CONSEMA, a Ordem do Dia é: Discussão da Ata da 112ª Reunião Ordinária do  
32 CONSEMA; Comunicações; Apreciação e deliberação do Plano de Aplicação dos recursos do FEMA para o exercício de  
33 2009; Qualificação de Municípios; Apreciação e Deliberação do Calendário de Reuniões para o ano de 2009; Estimativa de  
34 Custo Anual do DAFAP com Demandas do MP; Apresentação da Matriz Energética do Estado e Assuntos Gerais. **1.**  
35 **Discussão da Ata da 112ª Reunião Ordinária do CONSEMA. Sr. Presidente:** Então, eu perguntaria, é possível dispensar  
36 a leitura da ata da sessão anterior? Quem é a favor, ponto de vista, manifeste-se. Quinze votos. Quem é contrário à dispensa  
37 da leitura? Quem se abstém? Nenhuma abstenção e nenhuma contrariedade. Então, abro o espaço para algum dos senhores  
38 que deseje fazer alguma retificação com relação ao conteúdo da ata anterior. Conselheiro Brack, do INGÁ. **Sr. Paulo Brack:**  
39 Na linha 93: “Que comprove que a liberação desses peixes”; tem “pode”, mas “pode” o quê? “Pode não ter problema”, acho  
40 que é isso. **Sr. Presidente:** O senhor lembra da sua formulação? **Sr. Paulo Brack:** É isso: “Que comprove que a liberação  
41 desses peixes possa ser viável”. **2. Comunicações. Sr. Presidente:** Feita a retificação. Mais alguma retificação. Não havendo  
42 mais retificações, o Secretário fará a leitura das comunicações. **Sr. Tiago Castagnetti:** Primeiramente, em Comunicações,  
43 passamos as justificativas de ausência. Justificaram ausência o membro suplente da *Instituição Universitária Privada*, a  
44 Professora Elizabete Maria Zanin, por motivo de participação em banca de seleção de mestrado. Também justificou o  
45 representante da *Instituição Universitária Pública*, Maria Teresa Raia Rodrigues, também a Catarina da Silva Pedrozo,  
46 devido a atividades dos docentes da UFRGS. Ainda em Comunicação, a *FIERGS* informa que estará representada pelo Sr.  
47 Tiago Pereira Neto na 113ª Reunião do CONSEMA. O *SINDIÁGUA* diz o seguinte: “Boa-tarde, comunicamos que por  
48 motivo de doença o nosso representante no Conselho não poderá participar da reunião do dia 20/11. Aproveitamos para pedir  
49 a substituição da suplente Vera Lúcia Castro Alves por Solange Borges Pena de Vargas. Sem mais para o momento.  
50 Atenciosamente, Rui Porto Rodrigues, Presidente do SINDIÁGUA”. *Ofício da Secretaria das Obras Públicas:* “Sr.  
51 Secretário e Presidente, ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos apresentar a Senhora Arquiteta Bernadete Longui de Castro  
52 como representante desta Secretaria das Obras Públicas nesse Conselho Estadual do Meio Ambiente para a 113ª Reunião  
53 Ordinária. Atenciosamente, Coffy Rodrigues, Secretário de Estado”. *Ofício da Câmara Técnica Permanente de Agrotóxicos*  
54 *nº 026/2008*, de 06/10/2008: “Prezado Senhor, ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, conforme deliberado na 39ª  
55 Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Agrotóxicos, solicito a manifestação desse CONSEMA a respeito do  
56 que segue. No âmbito de sua competência a Câmara Técnica Permanente de Agrotóxicos tem autonomia para, através de seus  
57 membros, provocar e desenvolver discussões para posterior apreciação do Plenário, a Câmara Técnica deve requerer  
58 autorização do Plenário para desenvolver a discussão de determinado assunto ou a Câmara Técnica deve limitar-se à  
59 apreciação dos assuntos a ela encaminhada pelo Plenário. Limitado ao exposto, atenciosamente Leonardo Cartelli de  
60 Carvalho, Presidente da Câmara Técnica de Agrotóxicos. **Sr. Presidente:** Eu já esclareço aos Senhores Conselheiros, já que é  
61 uma consulta a cerca de competência não precisaria passar pelo Plenário. Eu instauró o expediente, determino a remessa para  
62 a Assessoria Jurídica da Secretária e ela presta as informações, depois se comunica a Câmara Técnica. **Sr. Tiago**  
63 **Castagnetti:** O vice-Presidente da área ambiental da *Sociedade de Engenharia* e membro deste Conselho, o Sr. Luiz  
64 Antônio B. Germano da Silva, envia a seguinte comunicação: “Prezado Sr. Presidente do CONSEMA, a Sociedade de  
65 Engenharia, preocupada com a valorização das Câmaras Técnicas desse Conselho e com a maior integração da política  
66 ambiental do Estado do Rio Grande do Sul, vem sugerir que seja agendada uma reunião mensal entre todos os Presidentes das  
67 Câmaras Técnicas com a Presidência do CONSEMA, facilitando com isso uma agilização das pendências e integração entre a  
68 Câmaras. Sendo o que tínhamos para o momento. Atenciosamente, Germano. **Sr. Presidente:** Eu já determinei que a  
69 Secretaria entre em contato com os Presidentes das Câmaras Técnicas e com esta Presidência para agilizar o contato e  
70 agendamento, conforme solicitado. **Sr. Tiago Castagnetti:** Eram essas as comunicações, Sr. Presidente. **Sr. Presidente:** Em  
71 seguimento, pela nossa ordem, entra em discussão a ata da sessão anterior. Algum dos senhores quer se manifestar com

72 relação às aprovação ou rejeição da ata da sessão anterior? Então, entra em discussão a ata, algum dos senhores quer sustentar  
73 a aprovação ou rejeição da ata da sessão anterior? Não havendo quem sustente a favor ou contra, entra em regime de votação.  
74 Quem é favorável à aprovação da ata da sessão anterior se manifeste com o cartão de votação. Dezesesseis votos. Quem é  
75 contrário? Ninguém. Abstenção? Nenhuma abstenção. Está **aprovada a ata** com a ressalva feita pelo Conselheiro Brack, do  
76 INGÁ. Em seguimento na nossa pauta, tomamos a discussão do Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual do  
77 Meio Ambiente. Na sessão passada o Pieper fez a apresentação do Plano, houve alguns questionamentos que foram  
78 respondidos e o Conselheiro Brack, representante do INGÁ, solicitou vista, então, retorna a este Plenária. Conselheiro Paulo  
79 Brack, o senhor teria alguma observação a fazer, ponto de vista. **3. Apreciação e deliberação do Plano de Aplicação dos**  
80 **recursos do FEMA para o exercício de 2009. Sr. Paulo Brack:** Na realidade, em reunião com os representantes da  
81 APEDEMA, nós consideramos que as questões relativas ao Fundo Estadual do Meio Ambiente teriam que ser discutidas  
82 através da Câmara Técnica que deveria ter sido criada. Então, há alguns meses já vínhamos solicitando a implementação  
83 dessa câmara para a gente discutir com mais tempo toda essa questão. Nós consideramos que a apresentação dada no mês  
84 passado não contemplava uma discussão que deveria ter acontecido. Então, mesmo assim, nós até pensamos em sugerir  
85 algumas mudanças, mas essas mudanças nos pareceram que não vão contemplar a necessidade de uma discussão mais  
86 profunda sobre o encaminhamento do ponto de vista da sua relevância e do ponto de vista de que o Fundo não seja  
87 simplesmente utilizado pelo Governo, mas que seja disponibilizado através de editais, projetos, enfim. É uma questão que já  
88 tinha ficado desde o ano passado como um compromisso, pareceu-nos que haveria uma discussão em relação à previsão de  
89 recursos para outras finalidades que não somente resolver problemas em relação a equipes setorializadas, principalmente o  
90 Parque Estadual de Itapuã. Então, nesse sentido, nós vamos os pronunciar contrários a essa proposta, porque é fundamental  
91 que ocorra uma discussão maior em relação ao Fundo. Outro item que nos pareceu importante é que as Câmaras Técnicas  
92 necessitam de recursos e nós achamos que parte desse recurso do Fundo Estadual do Meio Ambiente pode, deveria vir a  
93 prover a necessidade, por exemplo, das Câmaras Técnicas terem recursos para deslocamento, para verificar situações, como,  
94 por exemplo, a questão da silvicultura. Há alguns meses o Dr. Ivo já tinha comentado da necessidade de irmos a campo  
95 verificar esses plantios, mas, obviamente, se formos a campo com que recurso vamos? Então, essa questão para nós é  
96 fundamental. Nós consideramos que esse uso do recurso de uma forma sem uma discussão maior não nos contempla. **Sr.**  
97 **Presidente:** Obrigado. Eu só relembro que desde o ano passado, quando foi apresentado e houve essa preocupação pelas  
98 instituições, pelas organizações não-governamentais, também foi dito que era uma preocupação da gestão estadual, da  
99 Secretaria. Quando houvesse essa adequação financeira do Estado, então, teríamos a tranqüilidade, inclusive, foi o que eu  
100 afirmei na sessão passada, de podermos, verificando a pertinência legislativa, que os fundos, através de ditais, como acontece  
101 no Ministério do Meio Ambiente, nós possamos disponibilizar esses editais. Evidente que escapa da Presidência, escapa da  
102 gestão da Secretaria na medida em que se busca esse ajuste financeiro do Estado. Seguramente, para 2010, eu espero que nós  
103 tenhamos essa tranqüilidade e disponibilização dos editais. A palavra continua aberta aos Senhores Conselheiros. Já temos  
104 uma manifestação contrária. Conselheiro Valtemir com a palavra. Essa manifestação da Presidência foi a título de  
105 esclarecimento do que já havia sido comentado na reunião anterior. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Sr. Presidente, Senhores  
106 Conselheiros, em nome da Federação dos Municípios nós gostaríamos de nos manifestar, dizendo que nós entendemos que o  
107 Fundo, eventualmente, é um instrumento da política de meio ambiente do Estado e do País. E gostaríamos de nos manifestar  
108 para colocar que o Governo na esfera Federal o Fundo funciona. Por outro lado, nós aqui do Conselho temos como uma das  
109 condições para o município tornar-se um licenciador que a gente tem que ter Fundo. Aí vou nominar três municípios onde o  
110 Fundo funciona e tem vários recursos, inclusive, são feitos os tais editais, onde a sociedade pode ir lá buscar o dinheiro e  
111 aplicar em ações. Então, a minha manifestação era no sentido de lamentar, porque na esfera federal está funcionando, na  
112 esfera municipal está funcionando, mas justamente na esfera estadual está tendo esse problema. Então, a gente gostaria de  
113 fazer um apelo, se houver a possibilidade que esse recurso do Fundo não seja contingenciado e que a gente possa no ano de  
114 2009 ter algum recurso para editais. Aí a sugestão é que a gente trabalhe alguma coisa com educação ambiental. Também  
115 para o problema que a gente está tendo, que ninguém está se antenando, a gente tem que ter recurso para estudar o problema  
116 das inspeções veiculares. A qualidade do ar é um problemão, a gente vai ter problemas de saúde pública nas grandes cidades,  
117 por problemas de não fazer inspeção veicular. Eu entendo que o recurso do Fundo pode ser usado, não para implantar, a gente  
118 sabe que é bastante caro, mas pelo menos para fazer os estudos necessários para que a gente possa chegar, eventualmente, a  
119 uma parceria pública-privada, voltada a explorar esse serviço. Por outro lado, Senhores Conselheiros, gostaria de colocar que  
120 muitas vezes nós da área municipal temos sido apedrejados, no sentido de que os municípios não são qualificados, não temos  
121 técnicos. Então, gostaria de fazer um apelo, que parte do recurso do Fundo seja destinado para capacitação. E dentro disso  
122 uma parte seja usada para capacitação de servidores públicos municipais. Quanto aos fundos que eu disse que funcionam  
123 muito bem, se vocês quiserem entrem nas páginas dos referidos municípios, que eu vou apenas citar três: o Município de São  
124 Leopoldo tem um Fundo Municipal funcionando, os recursos são repassados para a sociedade, uma série de ações são  
125 realizadas. O Fundo Municipal de Novo Hamburgo e o Fundo Municipal de Lajeado. Ano passado eu tive a oportunidade de  
126 participar do julgamento dos editais, tem o julgamento pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente e com a participação de  
127 pessoas externas. Lá por acaso, a universidade do vale do Lajeado, dos R\$ 80 mil que foram disponibilizados, o projeto podia  
128 ter no máximo um custo de R\$ 10 mil para que houvesse mais projetos, e a universidade ficou com quatro projetos. Então, a  
129 universidade te o curso de biologia e três desses projetos foram para a Faculdade de Biologia, que desenvolveu trabalhos na  
130 região sobre animais em extinção. Então, a gente gostaria de buscar, tenho certeza que todos os Conselheiros são parceiros,  
131 da gente se unir até para fazer com a Governadora, com os nossos deputados, no sentido de que o nosso Fundo Estadual  
132 também tenha recursos disponíveis para projetos. Obrigado. **Sr. Presidente:** Mais algum Conselheiro quer se manifestar?  
133 Tenha a bondade, Major. Depois o Conselheiro Paulo Brack. **Sr. Marcos:** Boa-tarde a todos, Sr. Presidente, Senhores  
134 Conselheiros. Sou o Major Marcos, sou Chefe do Estado maior do Comando Ambiental. o comandante estava se deslocando  
135 para cá, estava comigo, mas teve que ir a outra reunião no Comando, pediu que eu fizesse a participação como Conselheiro.  
136 Gostaria de dizer, em nome da Brigada Militar, na área ambiental, que, lamentavelmente, para a corporação pouco nos resta  
137 para as atividades de policiamento ambiental. Então, nós temos nos defendido com os nosso quase 500 homens, com  
138 convênios que nós fizemos com o Ministério Público, o banco alemão nos alcançou algum recurso, que foi de suma  
139 importância para a nossa atividade. E nós precisamos que o Fundo nos destine algum tipo de recurso financeiro, porque os  
140 nossos homens não têm colete balístico para trabalhar, eles atuam basicamente isolados nos mais diversos pontos do Estado,

141 atuam em embarcações, dentro dos rios, sem colete balístico, com armas que nos são repassados de outros batalhões. Então,  
142 conseguimos armas e coletes que estão em avançado uso para colocar para os nossos homens. Então, precisamos manifestar  
143 que haja uma destinação para o Batalhão Ambiental para que os nossos homens tenham condições de fazer frente. E eles têm  
144 atuado de forma brilhante na defesa do nosso meio ambiente, em abordagens, mas precisamos que sejam destinados recursos,  
145 assim como o DAER alcança para o Batalhão Rodoviário, como estarão comprando no final do ano 300 pistolas  
146 exclusivamente para o Batalhão Rodoviário. Então, precisamos desse aporte financeiro. Obrigado. **Sr. Presidente:**  
147 Conselheiro Ivo Lessa. Desculpa, mas na ordem é o Conselheiro Paulo Brack. **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Obrigado,  
148 Brack. Presidente, demais Conselheiros. Também gostaria de me manifestar, nós começamos a enfrentar a dificuldade na  
149 área dos processos da Câmara Técnica de Recursos Administrativos, são processos muito longos, pesados. Agora mesmo o  
150 Capitão da unidade de Livramento pegou um processo, e a gente sabe que o pessoal que trabalha normalmente são  
151 consultores, são representantes de Entidades. Então, a gente também tem que analisar a questão da mobilidade e o poder  
152 desse pessoal analisar esses processos. Também, quando a gente for demandar alguma decisão, algum pedido da Câmara  
153 Técnica, que a gente possa ter disponibilidade de recursos para trazer algum convidado, uma pessoa que venha contribuir na  
154 Câmara Técnica. Então, no momento que a gente tiver condições de utilizar o Fundo, que a gente possa ter recursos para isso  
155 também. **Sr. Paulo Brack:** Em relação aos recursos do Fundo nos parece que não deve ficar sujeito a contingenciamento.  
156 Consideramos que esses recursos provêm de várias fontes, derivadas de multas, enfim, taxas. E nesse caso seria fundamental,  
157 inclusive, o encaminhamento, talvez até pedindo esclarecimento em relação à gestão desse Fundo, eu não sei se a gestão está  
158 aqui, do ponto de vista financeiro. Parece-nos que os Fundos deveriam estar deslocados de qualquer contingenciamento,  
159 considerando que esses recursos não são parte do orçamento do Estado. Tanto não tem nenhum tipo de relação parece-nos  
160 que deveria ter algum tipo de ingerência do ponto de vista da administração central, no sentido de algum contingenciamento  
161 desse recurso. Seria importante também que nós tivéssemos um montante arrecadado, porque até agora sabemos que esse  
162 valor que está sendo aqui encaminhado para o Plenário é o valor que me parece que está liberado, mas qual é o valor  
163 montante arrecadado durante 2008? Nós gostaríamos de ter esse balanço, o balanço de arrecadação, talvez até uma prestação  
164 de contas dos recursos já utilizados. **Sr. Presidente:** Mais alguma manifestação? O Conselheiro da FETAG. **Sr. Adilson**  
165 **Carlos Metz:** Eu não estive na reunião passada, mas não justifica eu não estar totalmente a par da questão. Nós temos uma  
166 preocupação muito grande por parte da FETAG, que seja destinado recursos do Fundo para um novo projeto que está se  
167 desenvolvendo, que é o de compensação para aqueles agricultores que fizeram serviços ambientais. Ou seja, aquele agricultor  
168 que destinar mais do que a lei o obriga, ele seja compensado. Se na Constituição diz que o meio ambiente é um direito de  
169 todos e também um dever de preservá-lo, nós gostaríamos que se incluísse nessa discussão a previsão de destinação de  
170 recursos para esse novo projeto. **Sr. Presidente:** Neste momento não há como, até porque não existe a lei criando serviços  
171 ambientais. Então, ficaria difícil, talvez no ano que vem, uma vez criando, passando o projeto, faça-se abertura de créditos  
172 para aumentar o repasse intra-orçamentário. Mas algum dos senhores? Podemos encerrar a discussão e partir para a  
173 aprovação ou rejeição do Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual do Meio Ambiente? Quem é favorável à  
174 aprovação manifeste-se com o cartão de votação. Dezesseis votos. Contrários? Três votos. Abstenções? Uma. Aprovado o  
175 Plano. Próximo item de pauta, Secretário. **Sr. Tiago Castagnetti:** É o Item 4. Qualificação de Municípios. **Sr. Presidente:** O  
176 Pieper relata e vamos adotar aquele procedimento suscitado pelo Conselheiro Paulo Brack, que uma vez apresentado o  
177 processo do município, parte-se para a sua discussão e votação. Tem algum representante dos municípios? Não. Por favor,  
178 Pieper. **4. Qualificação de Municípios. Sr. Niro Afonso Pieper:** Sr. Presidente, estou trazendo a espacialização das  
179 habilitações até hoje, um mapa com os que estão em análise, até para podermos visualizar regiões onde há mais demanda.  
180 Nós achamos espaços de menos interesse e vamos no mês de outubro e novembro visitar alguns desses municípios,  
181 especificamente no litoral e na região carbonífera. Nós também fomos na região das Missões e na região do Vale do Jaguari.  
182 São regiões onde há um menor interesse e o mapa nos ajuda. Este é o mapa com os municípios já qualificados. Vocês podem  
183 ver que a região da serra está praticamente coberta, o Vale do Taquari também. O Planalto Médio avançou bastante nos  
184 últimos anos e a região na divisa com Santa Catarina, que é a região da AMUNOR, onde tem uma influência da Associação  
185 de Municípios muito forte. Nas outras regiões é mais esparsa, tem muito mais a ver com o porte do município do que com  
186 outro tipo de demanda. O próximo mapa é a sobreposição dos dois, onde temos a clara visão de onde estão as regiões que  
187 devem ser mais buscadas por quem coordena o Sistema Integrado de Gestão Ambiental. Foi só um esclarecimento que foi  
188 solicitado. Vamos passar ao relatório do **Município de Nova Candelária**. É um pequeno município da grande Santa Rosa,  
189 entre Santa Rosa e Três Passos, que se destaca por ser um município com maior concentração de suínos para área territorial.  
190 Isso não quer dizer que eles tenham problemas tão grandes na área ambiental, porque junto com essa produção vem também  
191 tecnologia e preocupação para evitar a poluição decorrente da suinocultura. A população do município é de 2.739 habitantes  
192 e a área em torno de 100km<sup>2</sup>. É também um município muito próximo por essa questão da renda, decorrente da produção  
193 intensiva de suínos. A estrutura do município é uma Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente e possui os  
194 profissionais listados aí, todos sendo profissionais do quadro do município. Eu adianto que a elaboração do Plano Ambiental  
195 do município foi todo conduzido pela equipe própria, apenas tiveram apoio da FIDENE, ligada a UNIJUI, apenas para a  
196 questão de perfeição. A equipe do município relatou, mas nós já tínhamos conhecimento que a estrutura do município em  
197 termos de georeferenciamento das propriedades e conhecimento da cartografia do município já é bastante avançada dentro do  
198 próprio município. Apenas por uma questão de obter um melhor contratar uma cartografia. Os principais impactos ambientais  
199 que foram diagnosticados no Plano Ambiental desse município são o destino inadequado de embalagens de agrotóxicos,  
200 algum remanescente desse problema que já foi bastante grave; dejetos suínos e bovinos, sem tratamento adequado; a  
201 contaminação e assoreamento dos cursos d'água, que tem relação, inclusive, com esses problemas; a disposição dos resíduos  
202 sólidos urbanos; o desmatamento e assoreamento decorrente da falta das matas ciliares. Então, estabeleceram um conjunto de  
203 projetos, como o recolhimento de embalagens de agrotóxicos; a destinação correta dos resíduos sólidos; a cobertura de  
204 cerqueiras dos dejetos suínos; o tratamento dos dejetos decorrentes do confinamento de animais; a implantação do sistema de  
205 tratamento de esgoto na área urbana e a coleta seletiva, o gerenciamento dos resíduos sólidos. Na verdade, quando nós  
206 analisamos na Comissão de municipalização havia o apontamento da falta de zoneamento ambiental. A exemplo da qualidade  
207 do plano e dos projetos teve aprovação na Câmara Técnica, o município trouxe um bom memorial descritivo do zoneamento  
208 ambiental para ser analisado, e antes de ser inserido no processo teve análise da relatora, que é a Carmem Franco, da

209 FEPAM. Na Câmara Técnica ele foi analisado sem nenhum óbice da comissão ou da Secretaria, mas a Câmara Técnica  
210 houve por bem pedir pequenas alterações, revisões que constam aí. Detalhes dos mapas, com indicações de aptidões e  
211 restrições mais precisas, e a elaboração de um projeto específico para enfrentar a questão da exportação de águas  
212 subterrâneas. Essa atividade principal deles precisa de bastante água, então, pela concentração certamente houve um número  
213 expressivo de perfurações de poços. O processo na Câmara Técnica foi aprovado por maioria. Esse é o relatório, Sr.  
214 Presidente. Ressaltando que não são de grande relevância as pendências apontadas na Câmara Técnica. **Sr. Presidente:** A  
215 palavra à disposição dos Conselheiros. **Sr. Paulo Brack:** Em relação às pendências parece que seria interessante que a  
216 votação só fosse feita após essas pendências já estarem resolvidas. Qual o sentido de aprovarmos o licenciamento de um  
217 município se existem pendências? É uma questão que eu não entendo. Será que não seria mais interessante esperar vir esses  
218 documentos e ver se estão em ordem? **Sr. Valtemir Goldmeier:** Senhores Conselheiros, Sr. Presidente, só um  
219 esclarecimento de que em um processo administrativo onde se busca a posição do município passar a licenciar, acima de  
220 tudo, fazer a sua gestão local, na resolução do CONSEMA, onde estabelece o rito para isso acontecer, é precisa a  
221 possibilidade de havendo alguma pendência do município ser qualificado e complementar isso. Então, respeitamos a posição  
222 do Conselheiro Brack, mas entendemos que às vezes algum documento que esteja faltando no processo não é impeditivo e  
223 que o município passe a fazer licenciamento e gestão. Eu sempre faço a pergunta ao contrário: imaginemos que nós não  
224 aprovássemos, aí a gestão do município continua sendo feita na FEPAM, em que isso melhora o sistema? Então, é só essa a  
225 minha observação. Obrigado. **Sr. Presidente:** Mais alguma manifestação? Então, partamos para a deliberação. Em  
226 deliberação o Processo nº 59820500/07-0, que versa sobre a qualificação do Município de Nova Candelária para o  
227 licenciamento das atividades de impacto local. Quem é a favor se manifeste com o cartão de votação. Dezesesseis votos. Quem  
228 é contrário? Um voto. Quem se abstém? Duas abstenções. **Aprovado.** Próximo processo é o Município de União da Serra,  
229 Processo nº 005490500/08-1. **Sr. Niro Afonso Pieper:** O *Município de União da Serra* tem um processo recente, também  
230 um pequeno município, não chega a 2 mil habitantes, também com grande produção de suínos e aves. A estrutura é de uma  
231 Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, também os responsáveis pelo licenciamento e fiscalização  
232 são os servidores efetivos. E a contratação de um escritório chamado Escritório Nativo, como complemento da equipe  
233 multidisciplinar, além dos profissionais que o município dispõe. A base econômica é a agricultura e agropecuária, também o  
234 confinamento de animais. Os principais impactos ambientais são o esgotamento sanitário, o despejo inadequado dos resíduos  
235 domésticos e da criação; a contaminação e assoreamento dos cursos d'água e a disposição dos resíduos sólidos urbanos. Os  
236 programas e projetos são o recolhimento de embalagens de agrotóxicos, a arborização urbana; tratamento de esgoto;  
237 programa de sensibilização ambiental de professores do município e também coleta seletiva e gerenciamento integrado de  
238 resíduos. Também houve apresentação de zoneamento ambiental, portanto, não havia pendência, também muita semelhança e  
239 similaridade, foram indicados pela Câmara Técnica e alguns com coincidência de itens à complementação de fauna e flora, a  
240 compatibilização do mapa de fragilidades com o zoneamento ambiental apresentado e uma recomendação do cumprimento  
241 integral da Portaria 518, do Ministério da Saúde, que diz respeito à análise de fontes alternativas em zona rural. Esse processo  
242 também foi aprovado na Câmara Técnica com a votação da maioria dos membros. Era esse o relatório, Sr. Presidente. **Sr.**  
243 **Presidente:** A palavra à disposição dos Senhores Conselheiros. **Sr. Paulo Brack:** Eu acho que é importante sempre destacar  
244 se houve votos contrários, quer dizer, a justificativa qual era, era essa em relação às pendências ou o quê? É importante saber.  
245 **Sr. Niro Afonso Pieper:** Por uma questão de colisão de agendas eu não presidi a totalidades desta reunião. Também não é  
246 comum fazer um registro tão expresso do motivo da votação contrária, mas pelo que conheço da mecânica da Câmara  
247 Técnica, a imposição ou a indicação de complementações a fazer, normalmente são feitas pelos membros que acabam por ao  
248 votar contrariamente à indicação, quando acaba por ser aprovado, pelo menos fazem a indicação das inconsistências na sua  
249 ótica. Imagino que tenha sido isso. **Sr. Flávio Lewgoy:** Senhores Conselheiros, quem deveria estar aqui comunicou que  
250 estava impossibilitada, que é a Conselheira Luci Ortiz. Ela mandou uma mensagem, talvez o pessoal da APEDEMA tenha  
251 recebido, eu recebi. Ela aponta diversos problemas importantes na questão da aprovação deste município. A questão de  
252 levantamento de espécie em extinção, a questão do mapa. Então, como eu não tenho e nem estou autorizado, pois ela é quem  
253 deveria estar aqui, eu acredito que esse processo, até pela questão dos votos contrários, acredito que este processo talvez ou  
254 provavelmente devesse ser devolvido à Comissão para essas pendências solucionar. **Sr. Presidente:** Pieper, esclareça e  
255 talvez seja importante complementar essas colocações que o Professor Lewgoy fez. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Sr. Presidente,  
256 quanto aos questionamentos do Professor Lewgoy, eles constam nas pendências, a revisão de espécies ameaçadas vai fazer  
257 parte do novo levantamento que o município vai aprimorar a lista de fauna e flora, que já consta nas pendências. A mesma  
258 coisa para os mapas, também consta nas pendências. Torno a dizer, são detalhes que serão complementados pelo município,  
259 porque assim se comprometeram. Quanto à questão dos votos contrários, há um formulário preenchido sobre os votos  
260 contrários. Na verdade, em ambos os processos o voto contrário é apenas de um dos membros e nos pareceu, ao preparar o  
261 material, que não faria tanta diferença se fosse um, dois, porque a maioria é a maioria. Então, foi um voto contrário. **Sr.**  
262 **Presidente:** Mais alguma manifestação? O Conselheiro Lewgoy justifica que quem teria encaminhado as considerações é a  
263 Conselheira Lisiane Becker, da ONG Mirra-Serra. Em regime de votação a aprovação a qualificação do Município de União  
264 da Serra, Processo nº 005490500/08-1. Quem é favorável à aprovação do município manifeste-se. Quem é contrário? Três  
265 votos contrários. Abstenções? Nenhuma. **Aprovado.** Próximo item de pauta. **5. Apreciação e Deliberação do Calendário de**  
266 **Reuniões para o ano de 2009.** **Sr. Tiago Castagnetti:** O próximo item de pauta vem um pouco adiantado, mas é para fins de  
267 precaução, é a deliberação do nosso calendário de reuniões para o ano de 2009. Este ano estamos sugerindo duas opções, no  
268 ano passado ocorriam as reuniões na terceira quinta-feira e terceira sexta-feira de cada mês, alternadamente. Este ano, além  
269 dessa proposição, há uma segunda: as terceiras sextas-feiras de cada meso mês. Então, os senhores devem ter recebido por e-  
270 mail o calendário. Há a preferência por um por outro? **Sr. Presidente:** Eu acho que foi até atendendo à proposição do  
271 Conselheiro Paulo Brack, que se dizia preferir, acho que por questões e compromissos acadêmicos. Algum dos senhores quer  
272 discutir o calendário? Vamos ver a ordem das datas: 20/02, 19/03, 16/04, 15/05 18/06, 17/18, 20/08, 18/09, 15/10, 20/11 e  
273 17/12. O Conselheiro Valtemir. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Na verdade, se eu não me engano, 20/02 é a véspera do Carnaval.  
274 Então, sugiro que a gente antecipe para o dia 12 ou 13. A segunda sugestão seria de alteração total, que a gente fizesse  
275 reuniões bimestrais de dia inteiro, se necessário faria reunião extraordinária entre um mês e outro, como é feito no  
276 CONAMA. Essa é uma sugestão em função dos compromissos que os Conselheiros têm. **Sr. Presidente:** Mais alguma  
277 colocação? No CONAMA são pagos transporte, deslocamento, alimentação e estadia dos Conselheiros, por isso há essa

278 concentração. Eu não sei e aqui haveria essa necessidade, mas fica a critério do Plenário. Penso que dá para passar como  
279 aceita essa questão do dia 13, uma semana antes da sexta-feira de Carnaval. Podemos aprovar o calendário com essa emenda  
280 do Conselheiro Valtemir, que seja dia 13/02 a primeira reunião ordinária do Conselho? Quem é favorável que se manifeste.  
281 Quem é contrário? Quem se abstém? **Aprovado o calendário. Sr. Tiago Castagnetti:** O próximo item é a Estimativa de  
282 Custo Anual do DAFAP com Demandas do MP. **Sr. Presidente:** Essa foi uma demanda formulada pelo INGÁ, que era sobre  
283 o funcionamento das atividades do DEFAP e as dificuldades para atendimento e desempenho da atividade, seria mais ou  
284 menos assim a formulação. Está presente o Diretor do DEFAP, o Engenheiro Florestal Rafael Ferreira. **6. Estimativa de**  
285 **Custo Anual do DAFAP com Demandas do MP. Sr. Rafael Ferreira:** Boa-tarde, Sr. Presidente, Senhores Conselheiros.  
286 Nós faremos um breve relato em relação às demandas do Ministério Público em relação ao DEFAP. Em uma primeira  
287 instância eu vou colocar a vocês o que são as principais atribuições do DEFAP. Em nível geral é licenciar e fiscalizar a  
288 utilização dos recursos florestais do Estado; cadastrar e fiscalizar produtores e consumidores de matéria-prima florestal;  
289 administrar e fiscalizar as áreas de conservação do Estado; desenvolver demais ações relacionadas com a política florestal,  
290 tais como reposição florestal obrigatória, projetos de recuperação de áreas degradadas. Para vocês terem uma idéia, a  
291 administração de fiscalização das Unidades de Conservação está entrando nas áreas restritas e as APAs, nós temos hoje 280  
292 mil hectares de áreas. A estrutura de pessoal e a infra-estrutura do DEFAP hoje: temos 41 técnicos de nível superior, 75  
293 agentes administrativos, 46 outras funções, 27 guarda-parques, totalizando 189 funcionários. Nós estamos esperando um  
294 chamamento de mais 20 agentes administrativos, aprovados em concurso público, 60 técnicos e 60 guarda-parques.  
295 Possivelmente serão chamados a partir de 2009. A infra-estrutura do Departamento para atender tudo isso são: 85 veículos,  
296 25 agências florestais espalhadas por todo do Estado e 13 Unidades de Conservação. A estimativa de custas operacionais  
297 anuais do DEFAP frente às demandas do Ministério Público Estadual. Quais são as demandas que o Departamento tem em  
298 relação ao Ministério Público? O que nós fizemos para atender as solicitações, os pedidos do Ministério Público? O que são  
299 isso? Vistorias para a constatação, caracterização de danos ambientais tipificados como crime; emissão dos laudos periciais;  
300 recebimento, análise, vistoria e a aprovação dos projetos de recuperação de áreas degradáveis, com emissão de pareceres e  
301 laudos técnicos. Termo de compromisso de recuperação de área degradada, acordado entre o Ministério Público e o infrator.  
302 Participação de técnicos de DEFAP em assessoramento ao Ministério Público na formulação do TAC. Testemunha em  
303 processos-crime em tramitação judiciária. Então, isso reflete o que eles nos solicitam. Eu trouxe um detalhamento, por  
304 exemplo, a agência de Passo Fundo, em um ano recebeu 491 processos, atendeu a 464, tem 94% de atendimento, 5,5 de  
305 pendência, tem uma média de 40 processos por mês, 1,24 processo por dia entram no Departamento. Outra agência que eu  
306 coloquei é Santa Rosa, que tem 1.024 processos por ano, 897 atendidos, um percentual de 87% de atendimento, 85 processos  
307 por dia, 3,85 por mês e 2,59. Se nós fizéssemos em todo o Estado do Rio Grande do Sul o trabalho que o Ministério Público  
308 manda para nós fazermos. Nós tivemos neste ano 2.922 processos, atendemos 2.582, temos 88,4% de atendimento, 11,6% de  
309 pendências, 243 processos por mês entram no Estado do Rio Grande do Sul por solicitação do Ministério Público Estadual,  
310 11 processos por dia em todos os Estado do Rio Grande do Sul. Então, fiz uma análise dessa história. A estimativa do custo  
311 por vistoria em função do que nos é solicitado, eu fiz uma média de salário médio mensal, os encargos sociais, a diária que  
312 nós pagamos, a meia-diária, que é quando a pessoa vai e vem à cidade, com uma estimativa de 100km para fazer a vistoria a  
313 campo. Eu quantifiquei R\$ 1,8 por quilometro rodado, a maioria as caminhonetes. Isso dá um custo total, além disso foi  
314 considerado dois dias trabalhados, salários e encargos sociais, porque é um dia para o técnico ir a campo, olhar as vistorias,  
315 outro dia é para emitir o parecer, trazer, onde tem toda a parte de secretaria para fazer a resposta do documento, enviar a  
316 resposta, fazer a entrada do processo. Então, tem todo esse aparato quando entra o processo. Quantificando dá R\$ 166 por  
317 solicitação em média. Dentro desse proposto eu vejo pela agência, a mesma situação da demanda física que antes (*Inaudível*),  
318 para citar as maiores: em Santa Rosa um custo de R\$ 776 mil/ano; Passo Fundo 401 mil/ano. Isso faz com que nas 2.582  
319 atendimentos ao MP o DEFAP tem um custo de R\$ 2.236 milhões por ano. Comparativamente, não é o dinheiro, mas isso  
320 representa 70% do Fundo de Desenvolvimento Estadual, não quer dizer que o dinheiro do Fundo seja para isso, não é essa a  
321 situação, isso é dinheiro orçamentário. É só para ter um parâmetro, isso representa aproximadamente 15% do orçamento  
322 total da SEMA. Eu fiz uma síntese, o DEFAP como um todo tem um total de documentos que entram no DEFAP, tudo aquilo  
323 onde se tem atribuições, tem aproximadamente 10.340 documentos para serem analisados. Documentos totais que demandam  
324 do Ministério Público 2.922. Isso representa 28% do nosso trabalho. O percentual de atendimento ao Ministério Público ficou  
325 em 88%; número de documentos protocolados 11; custo por (*Inaudível*) R\$ 866; um total de dispêndio de R\$ 2.236.299  
326 milhões. Isso é o que representa de custo do Ministério Público Estadual dentro do DEFAP. Era isso, Sr. Presidente. **Sr.**  
327 **Presidente:** Obrigado. Nós já estivemos conversando com o Ministério Público, essas demandas que são feitas ao DEFAP,  
328 para a elaboração de autos de constatação, se nós analisarmos não é atividade fim do DEFAP produzir prova criminal. Isso é  
329 atribuição específica do Instituto Geral de Perícias. Então, até diversos expedientes que foram encaminhados para a  
330 elaboração, porque não são peritos, embora sejam *experts* na matéria não são peritos, não servem e não são nomeados pela  
331 autoridade policial para exercer a função de perito no inquérito policial. Então, já comunicamos ao Ministério Público que em  
332 razão disso as demandas seriam encaminhadas ao Instituto Geral de Perícias. Faço esse esclarecimento para confortar todos  
333 esses dados que foram apresentados. **Sr. Flávio Lewgoy:** Prezado Dr. Rafael Ferreira, eu escutei com toda atenção que a  
334 exposição, e como Conselheiro, como antigo ambientalista, eu vejo com satisfação, pelo menos em termos de estrutura,  
335 parece que há uma cobertura das necessidades. Eu tenho uma pergunta, que para mim, como leigo nessa questão de  
336 estatística, qual é a sua avaliação, se é que existe, vamos dizer, da eficiência, por exemplo, a polícia tem queixas registra,  
337 boletins de ocorrência, tantos por cento esclarecido, tantos por cento não esclarecido. Então, eu acredito que estou  
338 expressando a minha pergunta, qual é na sua avaliação o percentual de deficiência as ocorrências que o Ministério Público  
339 leva a sua Entidade? **Sr. Rafael Ferreira:** Veja bem, todo e qualquer crime ambiental que tenha uma autuação, um auto de  
340 infração pela polícia ambiental ou pelo próprio técnico do DEFAP, de acordo com a junta, vai ao Ministério Público para que  
341 façam um questionamento. Outro detalhe, todos os projetos de recuperação de área degradada, por exemplo, os promotores  
342 regionais vão e têm conhecimento disso. Por aí sai o termo de ajustamento de conduta, vai todo o procedimento. A eficiência  
343 do questionamento eu acho que deve existir, o que está acontecendo no Estado do Rio Grande do Sul é que não é um  
344 questionamento exacerbado por parte do Ministério Público ao Departamento. Nós já tivemos algumas reuniões com o  
345 Ministério Público para que essa situação fosse regulamentada, fosse feita de outra maneira, com responsabilidade ao técnico,  
346 etc., para que pudéssemos amenizar essa situação. Agora, o questionamento, na minha avaliação, é válido para que nós

347 déseamos uma posição à sociedade. Agora, o quanto ele é questionado, isso é uma situação que foge aos limites e aí tem  
348 custos muito altos que nós estamos enfrentando. Então, tem que existir uma racionalidade no questionamento, o  
349 questionamento é válido, o que não está é sendo racional. **Sr. Presidente:** Só uma colocação, viu fazer duas retificações:  
350 primeiro, não é irracional, daí vai me desculpar o Diretor do DEFAP. Senão é racional é irracional, eu não posso admitir que  
351 se atribua ao Ministério Público, não por ser a minha instituição, mas por ser uma instituição do Estado e nós representarmos  
352 o Estado e atribuir funções irracionais. Em segundo lugar, quando foi disso “custo para o Governo”, entenda-se: “custo para o  
353 Estado”; não é ação do Governo, isso é ação de Estado. Então, só faço essa consideração. Aproveitando, foi muito importante  
354 essa demanda, Professor Paulo Brack, eu fico muito feliz, porque é uma forma que o Estado, que a Secretaria pode justificar  
355 ao Conselho a atividade que se desempenha e nem sempre é conhecida. Como dever de condução dos trabalhos, até pela  
356 hierarquia que me impõe em relação ao Engenheiro Rafael, eu fiz essa ressalva. **Sr. Flávio Lewgoy:** Eu torno ao assunto,  
357 porque quando não estou devidamente satisfeita, talvez por uma deficiência intelectual minha, que às vezes custo a entender  
358 alguma coisa, talvez eu tenho uma mentalidade lógica por vocês. O que eu perguntei está relacionado, por exemplo, a  
359 tipificação de crime, crime a gente tem uma noção razoável do que é. Então, instaurado o processo, o processo é levado ao  
360 juiz, o juiz vai dar uma sentença, se o crime ouve, o criminoso foi punido, houve tanto quanto possível a restauração do dano  
361 feito, há uma estatística sobre isso, tantas queixas ou boletins de ocorrência. Vou usar uma analogia, eu sei que não é a  
362 mesma coisa, mas é o que me ocorre, qual seria sua estimativa da eficiência, 50%, 60%, quem sabe 30%. Eu peço desculpas  
363 por estar solicitando uma coisa que talvez o senhor não tenha, mas pelo menos uma idéia o senhor teria? Por exemplo, uma  
364 das penalidades mais comuns é a multa, essas multas em muitos casos vai sendo adiada a sua aplicação, até que pode  
365 acontecer que entra em, digamos, perda de eficiência, não maiôs pode ser cobrada por decurso de prazo. **Sr. Presidente:**  
366 Prescrição. **Sr. Flávio Lewgoy:** Exatamente. Então, era essa a minha dúvida, porque eu sei que 100% é uma utopia, 90% é a  
367 probabilidade. **Sr. Rafael Ferreira:** Em primeiro lugar, nós somos um órgão de aferição daquilo que foi determinado. Veja  
368 bem, peço perdão ao Sr. Presidente quando eu coloquei a respeito da irracionalidade, é uma palavra de engenheiro, mas é a  
369 otimização, a gente tem que ser otimizado e maximizado o trabalho, seria uma palavra mais adequada. Nós fizemos a  
370 aferição de campo, eu não tenho esse dado para lhe dar, quanto por cento daquelas vistorias que nós fomos fazer não  
371 repercutem dentro daquilo que foi tratado dentro do termo, mas isso pode ser feito. Como já existe um processo por parte do  
372 Ministério Público, já existe um comprometimento em termos de multa e a pessoa já está perante o Ministério Público. O  
373 percentual é bem pequeno em relação a situação, porque ele está sofrendo um processo-crime ambiental. Então, esse  
374 percentual eu não posso lhe dizer, mas é pequeno. **Sr. Rogério Rammé:** Boa-tarde, Presidente. eu gostaria de um  
375 esclarecimento em relação a esse quadro que está sendo mostrado, a cerca desse flagrante descompasso entre o número de  
376 documentos e solicitações feitas pelo Ministério Público, instituição por quem tenho o extremo respeito. Então, entendo que  
377 todos esses documentos devem ser muito bem fundamentados. Por que, então, em alguns municípios, como Santa Rosa,  
378 Passo Fundo, nós temos um número muito grande de demandas criminais e em outros municípios não há esse volume tão  
379 grande? E teria alguma coisa a ver com a gestão municipal desses locais ou são atividades específicas nas quais o Ministério  
380 Público passa a tentar. O que me causa estranheza é Santa Rosa ter 1.024 processos, não sei se é sem ou ano isso, e Porto  
381 Alegre ter 18. Parece que o município maior está tendo mais problemas na esfera ambiental do que um município maior. **Sr.**  
382 **Presidente:** Não, são demandas do Ministério Público para exame de área degradada para investigação de qualquer  
383 atividade, para complementar a instrução do inquérito civil. Envolve todo o tipo de demanda, complemento de termo de  
384 compromisso ambiental ou completar uma prova produzida pelo Batalhão Ambiental. **Sr. Rogério Rammé:** Feito o  
385 esclarecimento, eu renovo a pergunta: tem alguma questão que o senhor entenda por essa discrepância de processos, é só em  
386 relação à natureza, as questões ambientais de cada município ou tem alguma questão a ver com a gestão de cada um desses  
387 municípios? **Sr. Rafael Ferreira:** Nós temos agências regionais. Eu não trouxe para mostrar, mas a agência de Santa Rosa  
388 pode estar atendendo 40 a 45 municípios; uma outra agência atende a 04, 05 municípios; outra agência 20 municípios.  
389 Então, não existe uma homogeneidade em relação a isso. Então, fica difícil de dizer porque a demanda é maior ou menor em  
390 relação a outro. **Sr. Presidente:** Desculpa, Conselheiro Rogério, quando eu falava, mas eu pedi que o Rafael acrescentasse  
391 que não estão as demandas normais de atividade fiscalizatória. Quer dizer, esse número é muito mais expressivo em sede de  
392 volume de serviço no DEFAP, pela atividade fiscalizatória, pela iniciativa de planejamento. Por exemplo, a região de Santa  
393 Rosa chegou a atender, os técnicos trabalham integrados FEPAM e DEFAP, dá em torno de 102 municípios, porque são  
394 pequenos municípios. Nós desativamos uma agência de Planalto, montamos um escritório em Palmeira das Missões, por ser  
395 uma região pólo, são em torno de trinta e poucos municípios ali. Na agência de Passo Fundo estava com 72 municípios,  
396 porque está parada a agência de Carazinho, que não há necessidade, por ter a agência de Passo Fundo essa abrangência.  
397 Possivelmente, antes do final do ano nós deveremos instalar o Balcão Ambiental em Santa Rosa, exatamente por essa  
398 peculiaridade regional, Passo Fundo e Santa Maria, para os técnicos novos já chegarem nas agências regionais com  
399 conhecimento suficiente. **Sr. Rafael Ferreira:** Presidente, a demanda, em relação ao Ministério Público a demanda está na  
400 última página, a demanda total do DEFAP é de 10.340 documentos, a demanda do Ministério Público em relação ao total de  
401 demanda dos trabalhos do Departamento de Florestas é 28%. **Sr. Presidente:** Tem um pequeno percentual do Ministério  
402 Público Federal, Polícia Federal e Polícia Estadual. A palavra à disposição dos Conselheiros. **Sr. Paulo Brack:** Nós tivemos  
403 um contato há alguns meses em relação, principalmente, a questão das Unidades de Conservação. Sabemos sim que a  
404 situação das Unidades de Conservação no Estado há muitos anos é bastante precária, para não dizer dramática. E sabemos  
405 que houve concurso para guarda-parques, e o que se tinha no quadro há alguns meses eram guardas com 70 anos. O Parque  
406 Estadual do Turvo, por exemplo, praticamente a cerca de 20 anos atrás eram cerca de 17 guardas, hoje deve estar menos da  
407 metade disso e a maioria parte em final de carreira. A Brigada teve um êxito lá, conseguiu identificar a caça em algumas  
408 casas de alguns guardas no Parque. **Sr. Presidente:** Um guarda e ele está afastado. **Sr. Paulo Brack:** A situação dos parques  
409 é de, não vou usar a palavra “abandono”, porque é uma palavra muito forte, mas nós precisaríamos saber qual é o plano para  
410 a recuperação dessas áreas, inclusive, com o recurso do FUNDEFLO, que também não sabemos o montante. E a questão  
411 das compensações, que já vimos aqui em relação a grandes empreendimentos, seja do ponto de vista industrial ou na área de  
412 silvicultura, no sentido de que parte desses recursos deveriam ir para as Unidades de Conservação. E nós não sabemos como  
413 estão essas compensações, se existe uma Câmara Técnica de compensação, se o DEFAP faz parte dela, se a sociedade vai  
414 fazer parte dessa discussão, para onde vão esses recursos das compensações para que exista recurso para poder disponibilizar  
415 uma estrutura mínima, considerando que alguns parques não tem nenhum tipo de comunicação. Pelo menos há alguns anos

416 nós não tínhamos, tinha falecido um funcionário e o outro tinha se aposentado, não sei como está a situação lá, eles não  
417 tinham nem contato aqui com a sede de Porto Alegre. Isso para nós é uma grande demanda. Então, que plano existe para  
418 adotarmos de funcionários, não só os guardas, mas que possamos projetar a longo e médio prazo um crescimento dessas  
419 áreas, considerando que nós temos 0,67% de Unidades de Conservação de Proteção Integral no Estado, é o último Estado na  
420 região sul com a menor área coberta por Unidades de Conservação. Eu acho que é uma das menores áreas de todo o Brasil e  
421 acho que é uma demanda que nós gostaríamos. A questão do Delta do Jacuí também, em que pé está essa situação. Nós  
422 sabemos que o Ministério Público também teve ações em relação a isso. Então, essa é a demanda maior que nós gostaríamos  
423 saber. Nós ficamos sabendo que a Divisão de licenciamento também teve uma diminuição de técnicos que saíram do setor e  
424 parte desse licenciamento está passando para a FEPAM, o que nos preocupa, porque o DEFAP tem mais a questão de  
425 proteção e não só do ponto de vista de licenciamento, porque nós temos programas. Por exemplo, matas ciliares, já teve um  
426 projeto de recuperação, programas para a araucária, enfim, para que o setor público da área ambiental não fique só na defesa  
427 e possa projetar programas. Eu também não sei em que pé está hoje o Projeto Mata Atlântica, porque vários Estados estão  
428 renovando, no Estado do Rio Grande do Sul não sabemos em que situação está. O RS Biodiversidade também, nós sentimos  
429 falta do DEFAP nas reuniões, não sabemos em que pé está esse projeto, que poderia trazer um conjunto de recursos para o  
430 Estado investir na área de biodiversidade. Obrigado. **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Presidente, Senhores Conselheiros, só  
431 manifestar que na Câmara Técnica de Recursos Administrativos a gente analisa muitos processos, principalmente essas  
432 demandas. A gente tem notado que vários processos que chegam, senão fosse o TAC que fechou com o Ministério Público,  
433 isso não vem a nós, não chega no processo. Eu acho que o próprio Ministério Público teria que ter essa interface de mandar  
434 ao órgão ambiental, para que esse processo venha fazer parte do processo aqui dentro. Nós cobramos do órgão ambiental,  
435 mas o Ministério Público também teria que fazer essa parte de mandar o processo para cá ou termos um termo de conduta  
436 para ser analisado na questão da multa. A gente analisa a multa, daqui a pouco chega lá e tem um TAC com o Ministério  
437 Público e a gente está analisando na questão administrativa, dentro do órgão ambiental. Eu acho que seria importante que o  
438 Ministério Público encaminhasse ao órgão ambiental esse Termo de Ajuste de Conduta. **Sr. Presidente:** Mas aí nós  
439 estaríamos confundindo planos de responsabilidade inconfundíveis, A responsabilidade administrativa e o que é julgado pela  
440 Junta de Infrações Florestais e a junta superior, plano administrativo e transgressão da legislação administrativa protetiva e  
441 fauna e flora.. Para Ministério Público vai fazer a sua investigação no inquérito civil para apurar a responsabilidade civil e  
442 ambiental, decorrente do dano ambiental imposto. É uma outra faixa de responsabilidade, e a terceira seria penal. Elas não  
443 são incompatíveis, é cada um excludente em faixa própria. Não teria porque nós recebermos o termo do Ministério Público  
444 onde impõe um valor de indenização que foi quantificado como devido pelo dano ao meio ambiente, ele não pode ser levado  
445 em conta para bater na infração administrativa. Só essa ressalva. **Sr. Rafael Ferreira:** A minha apresentação não se refere ao  
446 que o senhor solicitou, mas estamos à disposição para fazer qualquer esclarecimento em relação às Unidades de Conservação,  
447 em relação a licenciamentos, em relação à política florestal do Estado do Rio Grande do Sul. Em relação a Sarandí  
448 é responsável é a agência florestal de Passo Fundo, onde não havia gestor. Nós juntamos o licenciamento junto com a Unidade  
449 de Conservação. A atual administração da SEMA, preocupada com a grande demanda, está chegando rapidamente técnicos,  
450 guarda-parques e hoje temos guarda-parques em todas as Unidades de Conservação. Também temos muita coisa para  
451 esclarecer sobre os Projeto Mata Atlântica e RS Biodiversidade, que não é o momento agora. **Sr. Presidente:** Mais algum  
452 esclarecimento? Então, passamos ao próximo item da pauta, Tiago. **Sr. Tiago Castagnetti:** Apresentação da Matriz  
453 Energética do Estado, pela SEINFRA. **Sr. Presidente:** O Dr. Edmundo Fernandes para a apresentação. **7. Apresentação da**  
454 **Matriz Energética do Estado. Sr. Edmundo Fernandes:** Boa-tarde meus amigos do CONSEMA. Inicialmente, uma  
455 pequena abordagem em relação à energia. Nós somos um módulo energético, nós não somos auto-sustentáveis, porque se nós  
456 fôssemos auto-sustentáveis não precisaríamos de alimento. Até porque nós, diferente daquele homem da pré-história, ele  
457 levava um tempo maior para se alimentar, até porque a alimentação na época tinha que andar dias correndo para caçar ou  
458 achar uma árvore, um vegetal, um comestível. Eu vou iniciar abordando o que é a matriz de energia elétrica do Brasil, de  
459 acordo com a empresa de pesquisa de energia criada no Governo do nosso Presidente Lula, que eu achei em boa hora, porque  
460 as pesquisas daquela época eram feitas setorialmente, cada um tinha um parâmetro. Então, agora temos um padrão nacional.  
461 Vejam, nós somos um país hídrico e o resto do mundo é terra, é térmico e vai continuar térmico. Vejam que aqui 78%  
462 hidráulica. Por que diminuiu? Porque entrou biomassa, a nuclear aumentou e o gás tem que se mantido mais ou menos no  
463 mesmo patamar. E entrou a geração de energia eólica. A expansão do sistema elétrico no Brasil: hídrico, uma previsão de  
464 2015 até 2030, nós temos que ter um acréscimo pela solicitação de demanda. A natureza é tão pródiga e os ciclos da natureza  
465 acontecem e renovam. Aí está uma crise econômica, mas a própria natureza acomoda as coisas e nós homens custamos a  
466 entender a nossa mãe-natureza. Hoje essa recessão, que vai levar 3, 4 anos, isso vai diminuir essa nossa necessidade. E a o  
467 meio ambiente agradece a recessão, porque todos nós, independente da qualificação nossa, nós vamos participar ativamente  
468 dessa recessão. Em fontes alternativas, vem que para 2015 nós temos só um incremento de projeção, muito pouco, que não  
469 chega a 5 MW, que poderia ser muito mais. O potencial hidrelétrico do Brasil, porque nós temos uma matriz basicamente  
470 assentada em cima da energia hidráulica, e todos os que conhecem, que pesquisam a produção de energia, a melhor é a base  
471 térmica e não a base hídrica. A base térmica ao longo do tempo pode ser terrena, a base hídrica sofre os efeitos da natureza,  
472 secas, ela é ativa a apagões no sistema. Então, a todo um custo hoje para a grande geração, eu acho que nós temos outras  
473 soluções que não meter a mão na Amazônia, soluções alternativas. Energia eólica, se compararmos isoladamente os Estados,  
474 juntando todo do nordeste é a maior geração eólica do Brasil. Agora, isoladamente, nós somos o Estado com maior  
475 capacidade eólica do Brasil. A observação que se fez é 16 GW, 50m de altura, ao passo que com 100m nós passamos, é  
476 praticamente quatro meses. A produção de energia elétrica no Rio Grande do Sul e no Brasil em 2007, vejam bem a eólica  
477 com ventos do sul, 150MW que tem. O fator de capacidade dos geradores eólicos implantados hoje no país não passam de  
478 32% do seu fator de capacidade. Já estamos buscando tecnologia no mundo para que essa capacidade passe de 32% para em  
479 torno de 50%, ao passo que na energia hidráulica o fator de capacidade é quase 70%, e a energia térmica, ou fonte a gás, ou  
480 finte a carvão, é 60% a 62%. O custo da energia eólica é o mais caro, se não tiver nenhum incentivo nenhum investidor hoje  
481 quer investir em energia eólica. O gás do Rio Grande do Sul, com a usina de Uruguai e a usina da Sepé Tiarajú, com o  
482 calote que foi dado e a interferência, diga-se de passagem, do nosso País, o gás Bol da Bolívia e da Argentina, hoje não temos  
483 gasto nem Uruguai e nem (*inaudível*). As características do nosso setor elétrico no Estado do Rio Grande do Sul é um  
484 sistema hidrotérmicos, temos todas essas usinas no baixo Jacuí. Temos intercâmbio com o sudeste e com o centro-oeste,

485 variando de sentido, com uma geração em expansão no Estado do Rio Grande do Sul, dentro desse sistema hidrotérmico de  
486 geração. Nós esperamos resolver um problema, que não é ambiental, é jurídico, uma indenização de uma pequena área, que  
487 vai daqui de Campos Novos até a subestação de Nova Santa Rita, que vai dar mais um incremento. Aproveito para dizer a  
488 vocês, muita gente tem dado alguns discursos sobre autonomia, auto-suficiência, mas hoje, no nosso sistema, que é o melhor  
489 sistema interligado do mundo, e não sou eu quem digo, são colegas com uma influência muito maior que a minha no setor de  
490 energia elétrica. O mercado comum europeu só se concretizou através da interflexibilização elétrica entre os países. Nessa  
491 época eu morei alguns meses na Europa e enxerguei isso. Aqui são investimentos no Rio Grande do Sul, aqui tem um quadro  
492 em termos de infra-estrutura, que são pequenas centrais, os investimentos em térmicas que temos, alguns investimentos e o  
493 biodiesel. Adiante de Santa Rosa nós estamos estudando com investidores, com a própria universidade, que está dando um  
494 grande apoio nesse sentido. Existe uma área muito boa, apropriada, pretende se instalar micro destilarias, aproveitando o  
495 bagaço da cana. Em 2010 a projeção, junto com o pessoal da EPE, esta é a projeção, vejam bem, do petróleo continua  
496 mandando no mercado. Temos aqui a solar e a energia eólica, o gás natural como alternativas para melhorarmos a nossa  
497 matriz energética do Estado do Rio Grande do Sul, com isso também aliviarmos carga hidráulica que hoje nós temos em todo  
498 o Estado. Para tratarmos disso, foi criado ano passado, através de um projeto do Governo, o Comitê Estadual de Energia  
499 Elétrica para tratar dessas ações entre agentes, principalmente estabelecendo políticas públicas. Isso não estava bem definido  
500 aqui no Estado. A ANEEL pediu uma licença para instalação de uma PCH (*inaudível*). Nesse programa, nós fomos na  
501 ANEEL e fizemos um trabalho, provocamos a ANEEL, conseguimos fazer um levantamento, tinha quase quinhentos projetos  
502 parados. O ANEEL chamou outros Estados e fizemos a primeira audiência pública da ANEEL, já saiu uma minuta. Vai ter  
503 um novo regramento, uma portaria da ANEEL que vai reger isso aí, com prazo definido e resolver as pendências que tem,  
504 pedidos de licença. A ANEEL está tomando todas as precauções possíveis. O Programa Estadual de energia Eólica, o  
505 Programa de Eficiência Energética, vai ser um grande projeto do Estado do Rio Grande do Sul, vai ser um projeto de Estado.  
506 Vocês sabem que se trocarmos a condição de motorizarão industrial, instalações industriais, dá para se tirar daqui acima de  
507 30% de eficiência, dá mais do que duas usinas. O Comitê de Operações e Planejamento estava parado há alguns anos,  
508 reativamos e isso está se fazendo, amanhã vai ter uma reunião do NS aqui, com todas as empresas, para determinarmos e  
509 balizarmos como vai ser a operação do sistema, como vai ser o fornecimento e que poderá ocorrer ou não o Estado do Rio  
510 Grande do Sul, no verão, a mesma coisa que fizemos no verão passado. Vocês sabem que chegou o verão é ar-condicionado,  
511 ventiladores chuva, iluminação pública. Essas curvas nós chamamos de hora de pico. Isto é uma coisa importante, estudo  
512 estratégico ambiental, o carvão mineral, que foi uma solicitação do próprio comitê. Isso está sendo trabalhado com a SEMA,  
513 a SEINFRA, vários entes trabalhando nesse sentido. Vai ser feito por pessoas que têm real habilitação, porque nós queremos  
514 desmistificar o carvão no Rio Grande do Sul. As emissões, o nível é este. O senhor está rindo, Professor, mas eu sei que o  
515 senhor está gostando. O senhor sempre foi um desenvolvimentista do Estado. Nós temos que fazer um acompanhamento  
516 preciso para que não incorremos em erros, e uma estratégia de inclusão do Estado no Programa Nacional de Mineração. Isto é  
517 o programa gaúcho de PCHs, o projeto básico. O que nós temos hoje? O programa gaúcho, com aquela chamada pública,  
518 aderiram 14, estão tocando lá e fazendo (*inaudível*). Temos a Castro Alves que está em operação, Quatorze de Julho, Foz do  
519 Chapecó, Passo São João. Essa é uma coisa que nós nos empenhamos, que era a grande retomada da Eletrosul na geração de  
520 energia, por 08, 10 anos ela não fazia um projeto de geração e tinha perdido toda a sua geração. E temos São José, que foi um  
521 projeto iniciado pela CEEE. Vejam bem, uma usina tem a vida útil de 25 anos, um rendimento de 33%, consumo específico  
522 850Kg/MW/h. Diga-se de passagem, é um carvão competitivo com o carvão importado. Hoje o Rio Grande do Sul já está  
523 fornecendo carvão para Santa Catarina. Nós já estamos fazendo um protocolo, providenciando carvão para as usinas do Ceará  
524 e Pernambuco. Eles estão vendo que o carvão nosso não é de tão ruim qualidade equipe o custo, ao passo que para cada  
525 tonelada de carvão nosso do Brasil é de 16 dólares, ao passo que o carvão importado é na ordem de 65 dólares e tem uma  
526 grande diferença. Adotamos tecnologias para melhorar o fator da logística, já se ganha bastante. Vejam o potencial das novas  
527 usinas. Temos uma capacidade até 28.000MW, que significa seis vezes a capacidade instalada no Estado do Rio Grande do  
528 Sul. Os recursos do carvão mineral aqui no País, vejam bem, prospecção geológica, estudos geológicos, isso há 10 anos, mas  
529 agora própria Vale do Rio Doce está se interessando, a partir de Osório, a região de Santa Teresinha, que tem muito carvão,  
530 nós vamos fazer uma nova avaliação. O Programa Gaúcho de Carvão Mineral está andando, diga-se de passagem, quando  
531 éramos engenheiros da CEEE negociamos a passagem de Candiota para a CGTEE, para o Governo Federal em troca de  
532 dívidas, ações. Temos Jacuí com outros empreendedores, Seival I que é da Traclebel, tem até um acordo entre o governo  
533 brasileiro e o governo uruguaio para o fornecimento de 5% dessa energia. O Uruguai é totalmente dependente de energia e a  
534 Argentina com problema de gás. Temos Taquari, com um novo projeto, com a utilização do carvão do baixo Jacuí. Ao todo  
535 são investimento na ordem de R\$ 8 bilhões. Entramos no Programa Gaúcho de Energia Eólica, são 27 projetos, ou seja, nem  
536 são projetos, são licenças obtidas, significa 1586MW, 1,6 gigas, tudo pode a qualquer momento ser implantado, desde que  
537 haja vontade política e disponibilidade dos empreendedores. Dia 27 nós estamos coordenando e fazendo um seminário e um  
538 encontro em Livramento, vem a ANEEL, para tratarmos de energia eólica, até para tratarmos isso para o leilão que o  
539 Ministério das Minas e Energia vai fazer entre abril e maio do ano que vem. A perceptiva para a evolução da matriz  
540 energética no Rio Grande do Sul e orientação na elaboração do balanço energético no Estado, teve um interregno a partir de  
541 2003/2004, até chegarmos na econômica. Então, retomamos isso de uma forma bem alinhada aos parâmetros da época. A  
542 evolução da matriz energética, nós estamos identificando os gargalos setoriais, porque nós temos setores no Rio Grande do  
543 Sul, tem gargalos ainda. Nós hoje estamos tratando esse implemento que está dado na economia gaúcha em relação à bacia  
544 (*inaudível*). A produção de biogás, a partir do ano passado pegamos um município, um convênio com o Prefeito de Capitão e  
545 já colocamos biodigestores, uma produção de biogás médio de 7000m<sup>3</sup>/dia, já estamos com o convênio assinado com dois  
546 postos de gasolina de Capitão. Quem quiser olhar esse projeto e todos os Conselheiros aqui serão meus parceiros para  
547 recomendar. Algumas prefeituras têm problemas de dejetos. É de custo médio e vai alimentar, abastecer os veículos. A  
548 capacidade de atendimento no Rio Grande do Sul em termos de demandas, a exigência, em 2006 a nossa ponta de carga  
549 chegou em 4.658, nós estamos projetando para dezembro 5.823, mas com uma capacidade, devido à entrada de mais algumas  
550 PCHs, que deverão entrar até o final do ano, vamos atingir 5.750. Isso vai significar em termos de capacidade mesmo, da  
551 nossa geração, em torno de 3000 a 3.200MW no sistema interligado. O GNL, como eu disse a vocês, teria solução  
552 apresentada para o gás no Rio Grande do Sul, é o GNL. Hoje nós temos uma extensão da nossa rede de gás, na Grande Porto  
553 Alegre, alguma coisa na Serra, de 437Km apenas. Investimento até agora realizado R\$ 150 milhões, muito poucos



554 consumidores. Temos duas termoeletricas, que é de Uruguaiana, atendida pela Sulgás. Temos também a Usina Sepé Tiarajú,  
555 que é da Petrobrás. Então, nós fizemos um estudo no final do ano passado para um terminal de GNL aqui no Estado, um  
556 terminal de descompressão de gás ou em Tramandaí, ou em Rio Grande. E chegamos a esses números. Estudamos um  
557 terminal em Tramandaí, este é um terminal embarcado, que vai ser a captação de petróleo da REFAP, esse gasoduto pode  
558 estar ocupando a mesma faixa de domínio, sem problema nenhum, paralelo aos dutos do petróleo, oleoduto, e com um  
559 investimento de R\$ 1 milhão. Em Rio Grande nós temos um problema, um gasoduto que vai de Rio Grande até Porto Alegre,  
560 este seria o mais interessante para o nosso Estado em termos de aproveitamento e rentabilidade, tanto energético como  
561 econômico para o Estado, que é trazer o gasoduto de Rio grande até candiota, fazer um ciclo misto com gás e carvão.  
562 Candiota é rica em gás, há pesquisas. E daqui seria um passo a fazermos um gasoduto até Uruguaiana, invertemos o fluxo, ao  
563 invés da Argentina nos vender gás com vendemos gás para a Argentina e para o Uruguai. Hoje nós temos um gasoduto que  
564 está no limite, que não consegue nem abastecer a usina Sepé Tiarajú. Então, nós temos que melhorar isso aí, senão nós não  
565 teremos gás. Em Rio Grande, caso não saia esse gasoduto, nós já estamos com um projeto em andamento, é um terminal  
566 coberto, um terminal seguro para toda essa segurança da população. Presidente, meus amigos Conselheiros, era isso que eu  
567 tinha de momento para apresentar. **Sr. Presidente:** Obrigado, Dr. Edmundo, mas o senhor permanece mais um pouco  
568 conosco e se puder direcionar sempre o microfone em direção à boca fica mais fácil para a gravação. Fica aberta a palavra à  
569 Plenária. **Sr. Carlos Termignoni:** A pergunta é o seguinte: não foi falado, dentro do programa de carvão quais são as  
570 medidas para compensar as emissões de CO2? Nós sabemos que há empresas no Rio Grande do Sul vendendo crédito de  
571 carbono para empresas européias. **Sr. Edmundo Fernandes:** Vai ter que se fazer a compensação. Então, vai se compensar  
572 em termos de reserva natural ou qualquer coisa. Eu estaria chutando, eu não vou te responder, por isso que vai ser feito esse  
573 plano estratégico, solicitado pelo Comitê Estadual de Energia. **Sr. Flávio Lewgoy:** Senhor engenheiro, eu tenho, na verdade,  
574 uma infinidade de perguntas, mas vou fazer poucas. A questão das emissões do carvão é uma das razões pelas quais ainda é  
575 considerado no mundo como o combustível do passado, porque ele foi. Eu ainda estou para ver, até gostaria de receber aquela  
576 parte que o senhor falou, considerações ambientais, porque, a final de contas, é só o que nos interessa. Este Conselho não  
577 deveria estar discutindo matriz energética droga nenhuma! Deveria se interessar só por uma coisa: qual é o impacto ambiental  
578 dessas usinas projetadas. É só isso e mais nada, o contrário é um desperdício do nosso tempo, é assunto que deve ficar para o  
579 Conselho Estadual de Desenvolvimento, que eu nem sei se existe, Presidente. **Sr. Presidente:** Nós temos os COREDES. **Sr.**  
580 **Flávio Lewgoy:** Não, isso é outra coisa. É o Conselho Estadual do Meio Ambiente, nada daquilo que realmente nos concerne  
581 foi apresentado. Como é que o carvão pode ser considerado um combustível limpo? O carvão tem metais pesados, tem  
582 mercúrio, níquel, cromo. O nosso carvão quando aquecido, imediatamente, começa a sair mercúrio metálico, que eu saiba  
583 ainda não tem como abater essas emissões. Meu Deus do céu, passei anos da minha vida olhando trabalhos de mestrado, de  
584 doutorado, falei pessoalmente com os autores. E eu fico admirado de ver porque não vale a pena outra coisa, o nosso valioso  
585 tempo aqui merece isso. Eu gostaria de ver quais são os projetos, o que está sendo elaborado para transformar o carvão em  
586 um combustível limpo, o senhor disse isso, não disse? **Sr. Edmundo Fernandes:** Quase isso. **Sr. Flávio Lewgoy:** Quase é  
587 muito pouco. Então, tudo que eu tinha a dizer é isso, perdemos o nosso tempo, matriz energética para nós é para outros  
588 setores, que não é o setor ambiental. Nós queremos saber o que estão projetando, mas, por exemplo, hidrelétrica, como vão  
589 evitar os problemas que as atuais hidrelétricas têm, e muito, o problema do impacto em espécies fluviais. O carvão é uma  
590 enciclopédia de poluentes e fico admirado de ver como ainda se consegue dizer que o carvão é limpo ou quase limpo, o que  
591 seja. Isso é uma flagrante inverdade. Sinto muito, senhores, mas essa é a realidade e com o projeto de empresas, de usinas a  
592 carvão, nós só vamos aumentar o impacto sobre a saúde pública, sobre o meio ambiente, chuva ácida nem se fala, que é uma  
593 coisa já antiga, doenças respiratórias, câncer, má formação congênita. Digam alguma coisa e eu vou mencionar que o carvão  
594 tem essa possibilidade atualmente. Pode ser que com o desenvolvimento da tecnologia, que a gente nunca sabe, consigam  
595 transformar o carvão, magicamente, em um combustível que não emita gás de estufa, como o próprio CO2. Segundo, que  
596 façam algo próximo do gás natural. Obrigado. **Sr. Presidente:** Eu lembro, Conselheiro, que foi a pedido da organização não-  
597 governamental Mirra-Serra a apresentação do plano estratégico energético do sentido. **Sr. Flávio Lewgoy:** Mas o principal  
598 não foi apresentado, a Mirra-Serra mirou e errou mal. **Sr. Presidente:** O senhor me desculpa, mas eu não acho que foi perda  
599 de tempo, pelo menos a partir daqui podem ser alavancados outros estudos através da avaliação ambiental estratégica do  
600 projeto de energia, que é o que o Comitê está tratando. A palavra está à disposição. **Sr. Edmundo Fernandes:** Professor, eu  
601 gostaria de dizer que nós somos seres em evolução, a humanidade está aí. O senhor disse a palavra certa: tecnologia. Nós  
602 temos que acordar a tecnologia para resolver isso. Esses novos projetos em Candiota estão tendo essa tecnologia, o senhor vai  
603 ver. Eu sempre o tive e tenho em altíssima consideração, eu levei para Candiota a AGAPAN, fiz um curso de ambientalista,  
604 tenho registro, tenho carteirinha e não sou biólogo, eu levei o José Lutzemberger e uma equipe lá da AGAPAN. (*Inaudível*).  
605 Eu sou um estudioso do assunto, não sou um *expert*. O carvão tem tudo isso que o senhor disse, mas hoje já existe tecnologia.  
606 É como eu disse, nós vão melhorar tudo isso. É em cima de tecnologia, o carvão é passado, já era, o tipo de máquina, de  
607 queima, o tipo de tratamento do carvão, isso já era, hoje existem novas tecnologias. **9. Assuntos Gerais. Sr. Presidente:**  
608 Obrigado, Dr. Edmundo. Mais alguém quer se manifestar? Vamos para o último ponto da pauta. Quem se inscreve em  
609 Assuntos Gerais? Por gentileza, Major. **Sr. Marcos:** Não gostaria de terminar a reunião sem manifestar aos Conselheiros que  
610 demonstrou a preocupação da impunidade das pessoas. Então, nós dizemos que através da Polícia Militar nós estamos indo a  
611 todas as ocorrências que nos são trazidas do Disque 90, do 181, que é a denúncia anônima, através da própria SEMA, do  
612 DEFAP. Nós comparecemos para verificar in loco a situação. Realmente, há uma deficiência dos peritos, quando nós estamos  
613 no local que muitas vezes é de difícil acesso, de levar um perito para fazer o laudo técnico pericial. Por essa deficiência o  
614 nosso soldado faz as vezes do perito, quando constata no local o dano ambiental só não faz a amarração pelo GPS, porque  
615 todos nós temos esse conhecimento para amarrar pelo GPS, é feito o levantamento fotográfico. Quando se consegue amarrar  
616 através do satélite o levantamento do terreno para que se consiga mais uma frente, ou através com o MP, com o próprio  
617 judiciário. Nós temos esses dados do dano e do levantamento que o policial conseguiu fazer naquele momento, até mesmo  
618 com o depoimento dele e da testemunha que conseguiu arrolar no momento. Então, de fato, quando ele faz a autuação  
619 ambiental, o nosso policial faz o auto de constatação, às vezes dá 20 páginas de fotografias e depoimentos que conseguiu  
620 fazer, sabendo que lá na frente vai haver essa dificuldade. Com relação à identificação das pessoas que causaram o dano  
621 ambiental, nós tivemos a preocupação de levar para polícia e fazer a investigação do crime penal, mas será que isso está  
622 chegando na delegacia para fazer a investigação, para buscar o autor daquele crime? Fazemos uma reunião a cada mês com

623 todos os nossos oficiais, que são em torno de 40 em todos o Estado, e teve batalhões que disseram que 100% é identificado o  
624 autor do delito. O nosso Coronel fez uma exposição, nós temos um batalhão, todas as ocorrências nós temos discriminadas  
625 por mês, por local, por ano, para que os senhores quando quiserem ir olhar, estão lá. Terminando, nós temos lá no Batalhão a  
626 Junta de Julgamentos Florestais, que está funcionando lá, está em torno de 13 mil processos, que são realmente feitos os  
627 julgamentos desses laudos. Nós também temos a preocupação para que não se perca o tempo, para que se faça o julgamento  
628 dentro do tempo previsto. **Sr. Flávio Lewgoy:** Certamente os Conselheiros se lembram que a AGAPAN reclamou, e comigo  
629 outras Entidades, por que foram retiradas da Internet aquelas licenças da FEPAM? E eu não recebi até agora. Deveria ter sido  
630 dada uma satisfação, até por uma questão de hierarquia, respeito a este Conselho, a razão pela qual não mais se encontravam  
631 na Internet aqueles textos de licenciamento que eram essenciais para quem estava procurando. Ficou nisso, não tive nenhuma  
632 notícia, deveria ter sido enviado um ofício a este Conselho, não foi, a FEPAM não respondeu. Então, era só isso. **Sr. Ivo**  
633 **Lessa Silveira Filho:** Presidente, Senhores Conselheiros, a respeito do agravo de instrumento, direito público não  
634 especificado, acesso civil público, silvicultura, o agravo de instrumento foi julgado pelo Tribunal de Justiça, pela Doutora  
635 Desembargadora Agati Elsa Schmitt da Silva, acompanhada pelo voto dos outros desembargadores da Câmara, os Doutores  
636 João Carlos Bruno Cardoso e Dr. Alexandre Moreira. A minha manifestação vem só no último parágrafo, onde diz o  
637 seguinte: “Até que sejam conferidos os limites objetivos ao zoneamento ambiental pela Plenária do CONSEMA, o que  
638 certamente será concedido de discussão séria e comprometida com o meio ambiente, como não pode ser diferente”. A  
639 FARSUL se sentiu ofendida em uma decisão dessa, onde a Entidade participa e em uma decisão da justiça do nosso Estado  
640 diz que nós não tivemos uma discussão séria. Manifesto, espero que o Estado relate essa posição da Entidade dentro do  
641 processo, porque nós entendemos que nós somos uma Entidade séria. Muito obrigado. **Sr. Presidente:** Eu recebo a sua  
642 manifestação e falo na condição de Presidente do Conselho, não de Secretário do Meio Ambiente em exercício. Eu também,  
643 ao ler o acórdão, entendi que houve um desrespeito aos vinte e tantos Conselheiros, não importa se todos permaneceram até o  
644 final, mas em razão de uma extenuante jornada, em torno de 8 horas de debates, embora as inconformidades colocadas na  
645 ação, mas também endosso e falo na condição de Presidente do Conselho. E os Senhores Conselheiros que ainda estão  
646 presentes, os outros que já foram substituídos, certamente são os maiores fiadores da lisura, da seriedade e serenidade que se  
647 busca e buscou empreender sempre nas sessões do Conselho, com a finalidade de dar oportunidade a que todos se  
648 manifestassem, para que todos exercitem livremente o direito de crítica. Cito como exemplo o Prof. Brack, que,  
649 sistematicamente, enfoca seus conhecimentos científicos para os debates, o Prof. Doadi, a forma como a FETAG se porta na  
650 defesa, a forma como a FAMURS e os representantes dos outros órgãos se portam também. Então, tendo presidido parte  
651 daquela sessão também me senti tocado, não pela expressão de debate sério, porque houve muita seriedade, embora paixões,  
652 embora oposições, embora as visões diferenciadas sobre o tema, mas ao que me consta não houve atos de leviandade ou  
653 deslealdade e menos ainda atos de vilania por qualquer um dos Conselheiros. Então, eu recolho, como Presidente do  
654 Conselho, com muito carinho essa inconformidade e como representante da instituição CONSEMA também entendo que  
655 todos, independente dos que ficaram até o final da sessão, acabaram sendo tocados por essa expressão. Então, recolho e faço  
656 coro, penso que se deve consignar mesmo em ata, por isso que estou falando, já que as atas são de público acesso, que  
657 também não aceito, na condição de Presidente do Conselho, a expressão de “debate sério”, porque sempre os debates foram  
658 sérios, apaixonados e técnicos. A palavra está à disposição. **Sr. Rogério Rammé:** Sr. Presidente, gostaria de fazer um  
659 requerimento. Na última reunião se fez presente aqui a Diretora Técnica, a Dra. Maria Elisa, prestando alguns  
660 esclarecimentos sobre alguns licenciamentos de empreendimentos hidrelétricos e termoelétricos, nos quais a FEPAM  
661 concebeu licença prévia mesmo antes da conclusão do estudo de impacto ambiental. Eu acho que todos estão lembrados da  
662 discussão. Eu julgo que as explicações prestadas não foram satisfatórias e acho que a questão não é nem tanto da área técnica,  
663 a questão é mais jurídica. Então, se possível, que houvesse um retorno da Diretoria Jurídica da FEPAM a cerca do  
664 posicionamento da FEPAM sobre a validade jurídica e legal dessas licenças, que no meu modesto entendimento feriu a  
665 legislação. Claro, aqui há toda uma questão política, que é o leilão da energia, que fez com que a FEPAM talvez tenha dado  
666 essas licenças, mas para não fazer julgamento e não passar isso como uma opinião sem maior embasamento a respeito da  
667 posição do Governo, eu acho que talvez pudesse ser feito isso. Não sei se basta a minha solicitação ou se é necessário um  
668 requerimento. **Sr. Presidente:** Nós temos 12 Conselheiros, estamos sem *quorum*, ficaria prejudicado. O que eu posso, se os  
669 senhores concordam, verificar as informações que foram prestadas e ver se dinamiza para a reunião que vem uma  
670 complementação, mas aí é em uma condição pessoal. Está formalizado o requerimento, só não temos *quorum* para  
671 deliberação. Eu verifico, eu me comprometo pessoalmente. A palavra está aberta aos Senhores Conselheiros. **Sr. Paulo**  
672 **Brack:** Vou tocar em um assunto que gostaria de esclarecimento, não é nada pessoal ao senhor, mas é em relação à  
673 Presidência. Eu creio que é interessante a gente explicitar e explanar em que situação nós vamos ficar agora, já aconselhando  
674 que não necessariamente o Secretário é o Presidente do CONSEMA. Já houve, inclusive, aqui um representante da  
675 FAMURS. Então, de que maneira nós vamos verificar essa situação, até como forma de estabelecer isso de uma forma que a  
676 Presidência, não sei se por eleição, porque me parece que não corresponderia que automaticamente o Secretário que está  
677 atualmente, sei lá, isso não determinaria, mas que ele não seja automaticamente o Presidente do CONSEMA. Isso é uma  
678 questão que deveria ser discutida. Não sei se é uma questão do Regimento, enfim. **Sr. Presidente:** Regimentalmente, só pode  
679 ser Presidente do Conselho quem é membro ou quando isso foi superado, no dia 18/05/2007, quando ficou delineado e  
680 desenhado juridicamente que quem ocupava o cargo de Presidente era o Secretário de Estado do Meio Ambiente. Então, a  
681 Presidência era do Secretário, por isso quem foi eleito foi o Secretário e não a pessoa da Dra. Vera. Conseqüentemente, no  
682 exercício agora da titularidade da Secretaria, permanece inalterada a legitimidade da condução. O processo eleitoral vai ser  
683 deflagrado de forma regimental, que é agora, para 2009. Então, temos que ser precedidos de uma resolução que estabeleça o  
684 período eleitoral, estabeleça o tempo de registro de candidaturas, a legitimidade, sessão extraordinária convocada  
685 especificamente para a eleição. Então, vai ser deflagrado possivelmente na próxima sessão do Conselho, onde já devo trazer  
686 tudo organizado, até proposta de resolução. Mais algum dos senhores deseja se manifestar em Assuntos Gerais? **Sr. Ivo**  
687 **Lessa Silveira Filho:** Mesmo que qualquer dúvida, existe um artigo do nosso Regimento Interno que o próprio Conselho  
688 pode se manifestar, respaldando essa posição. Então, qualquer coisa nós podemos trazer a discussão à baila e podemos  
689 referendar ou não essa posição. Nós entendemos que é justa, mas se precisar podemos buscar e trazer. Não lembro qual o  
690 artigo, mas diz que este Conselho é soberano, então, pode se manifestar. **Sr. Presidente:** Nos casos omissos. **Sr. Ivo Lessa**  
691 **Silveira Filho:** Isso mesmo, ele pode se manifestar para referendar a posição. **Sr. Presidente:** Mais alguma manifestação?

692 Não havendo qualquer outra manifestação, mais uma vez me sinto feliz e honrado de presidir este colegiado e agradecer a  
693 presença de todos os Senhores Conselheiros que estão até agora. E desejar um bom final de tarde. Está encerrada a sessão.–  
694 *Encerram-se os trabalhos às 17h17min.*